



Pesquisa da Pesquisa Sobre Usos e Apropriações das TICs: um balanço aquém das expectativas¹

Juciano de Sousa LACERDA²

Helena Velcic MAZIVIERO³

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.

RESUMO

Apresentamos neste texto o relato dos resultados da “pesquisa da pesquisa” sobre usos e apropriações das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) em lan houses e telecentros de acesso público gratuito. Esta pesquisa da pesquisa se caracteriza pelo levantamento e sistematização de artigos publicados em revistas do Qualis/CAPES dos estratos A1 a B5, entre 2006 e 2010, a partir dos resumos indexados sobre o tema em questão, além da análise aprofundada dos textos que abordam os conceitos de “uso” e “apropriação”. O avanço e popularização das TICs parecem ainda não ter sensibilizado a produção do conhecimento científico na área da Comunicação sobre o eixo da retomada dos “usos e apropriações” como perspectiva de caracterização das práticas de cidadania cultural pelo viés do consumo das TICs.

PALAVRAS-CHAVE: pesquisa da pesquisa; cidadania cultural; usos e apropriações; TICs; telecentros e lan houses

Introdução

Ao iniciarmos o projeto de pesquisa “Comunicação comunitária e local em rede: lógicas, práticas e vivências de sociabilidade e cidadania em telecentros e lan houses na Região Metropolitana de Natal-RN” (CNPq/Edital Universal 2010), a primeira atitude epistemológica foi reconhecer que a construção de um objeto de conhecimento, entre outras ações, é um exercício desenvolvido com uma pluralidade de vozes, que dialogam, direta ou indiretamente, entre si, em sucessivas fundações (VERÓN, 1996). Temos consciência de que os distintos conhecimentos científicos constituem programas (BACHELARD, 2006), que correspondem a visões de mundo e sofrem determinações históricas (VERÓN, 1996). O mesmo mal que aflige o conhecimento produzido pelos meios de comunicação – o presentismo sem conexões com o passado – pode nos contagiar, muitas vezes, porque lidamos com uma realidade empírica

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife-PE, 2011.

² Prof. Adjunto do Curso de Comunicação Social e do Mestrado em Estudos da Mídia da UFRN. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Pragma (UFRN/CNPq). Coordenador do Projeto “Comunicação comunitária e local em rede: lógicas, práticas e vivências de sociabilidade e cidadania em telecentros e lan houses na Região Metropolitana de Natal-RN” (CNPq/Edital Universal 2010). e-mail: juciano@cchla.ufrn.br.

³ Estudante de Graduação. 5º semestre do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da UFRN, Bolsista PIBIC/UFRN, email: hmaziviero@hotmail.com.



repleta de dispositivos recentes (FRANÇA, 2001) como se também fossem a-históricos (SODRÉ, 2002).

Não queríamos com esta pesquisa cair no risco de “reinventar a roda”; tratando como algo totalmente novo processos que já constituem – mesmo que breve ou recente – certa historicidade e acumulação de saberes que poderiam ter sido avaliadas e criticadas, produzindo avanços mais significativos. Portanto, buscamos realizar um exercício de pesquisa em busca do que alguns denominam de “estado da arte” (FERREIRA, 2002), ou “pesquisa bibliográfica” (GIL, 2002; STUMPF, 2005) ou, ainda, “pesquisa da pesquisa” (BONIN, 2006) sobre os *usos* e *apropriações* das TICs (Tecnologias da Informação e da Comunicação). Optamos pela proposta de Jiani Bonin (2006) de “pesquisa da pesquisa” por não ter uma conotação “totalizante” sobre o conhecimento de uma temática como o “estado da arte” (FERREIRA, 2002), nem um caráter de cálculo/estatístico da perspectiva “bibliográfica” (GIL 2002; STUMPF, 2005).

As operações da pesquisa da pesquisa

Nossa proposta é um exercício de “pesquisa da pesquisa” como movimento metodológico processual que articula e alimenta uma proposta de projeto consolidado de pesquisa (BONIN, 2006). A pesquisa da pesquisa é “o revisitar, interessado e reflexivo, das pesquisas já realizadas sobre o tema/problema a ser investigado ou próximo a ele” (BONIN, 2006, p. 31). Este interesse se materializa em processos de *desconstrução*, de *reflexão/tensionamento* e de *apropriação* daquilo que as pesquisas mapeadas sobre o tema ou próximos a ele podem oferecer para a consolidação do projeto com o qual o pesquisador está envolvido (BONIN, 2006).

Nossa proposta é realizar a desconstrução, reflexão/tensionamento e possíveis apropriações (BONIN, 2006) sobre o conjunto das pesquisas que tratam da inclusão digital sob a angulação dos *usos* e *apropriações* (CERTEAU, 2000; THOMPSON, 2001; MARTÍN-BARBERO, 2004) das tecnologias digitais de comunicação e informação em lan houses e telecentros de acesso público gratuito, publicadas nos últimos cinco anos (2006-2010) nos 511 periódicos listados pela CAPES, de Qualis A1 a B5, dentro do Campo de Ciências Sociais Aplicadas I.⁴

⁴ Estamos trabalhando em outro artigo o levantamento das teses e dissertações na Área da Comunicação Social, especificamente nos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas I-Comunicação reconhecidos pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (são 39 Programas, sendo 21 no Sudeste, 8 na Região Sul, 5 no Nordeste e 2 na Região Norte). Estes dados da Capes são de abril de 2010, época da formulação do projeto. De lá para cá foram criados novos programas de pós-graduação em Comunicação, contudo, estão sendo instalados e não possuem ainda produção significativa.



Temos consciência das restrições do recorte, pois a pesquisa da pesquisa não deveria deixar de lado outros campos do conhecimento ou repositórios internacionais (GRINGS, 2008), mas nosso propósito é compreender essa construção dentro das ciências da comunicação e da informação no contexto brasileiro de pesquisa. Dentro desse contexto, o processo de pesquisa é um contínuo movimento de gerar uma perspectiva de precisão, ou seja, de objetivação entre tantas possíveis, uma vez que o mesmo objeto pode pertencer a distintas problemáticas (BACHELARD, 2006). O que nos leva, necessariamente, a investigar outras perspectivas de precisão desenvolvidas na área de conhecimento sobre o mesmo objeto.⁵

Localizadas e acessadas as pesquisas, o investigador-artesão passa ao processo de estudo interessado e reflexivo das mesmas. Nesse processo, é importante o desenvolvimento da habilidade de desconstrução metodológica que, do modo como a compreendo, é um refazer reflexivo do percurso de construção da pesquisa. Nessa desconstrução, refazemos os passos propriamente metodológicos do investigador, percebendo como está construída a pesquisa em suas linhas/fases arquitetônicas de base e refletindo sobre a coerência e articulação das mesmas, a saber: a formulação do objeto/problema, os objetivos, a construção o problematização teórico-metodológica, a construção da observação, as análises descritiva e interpretativa (BONIN, 2006, p. 32-33).

Três movimentos são essenciais na pesquisa da pesquisa: “processos de desconstrução, de reflexão/tensionamento e de apropriação” (BONIN, 2006). Já foram realizadas várias investigações que abordam, direta ou indiretamente, telecentros e lan houses. Buscaremos desconstruir os objetos, objetivos e métodos propostos nessas investigações, tensionaremos suas contribuições como propõe Bonin (2006), num movimento de “inventário e classificação” (BACHELARD, 2006) que possa configurar perspectivas do que poderá ser apropriado ou redefinido em nossa experiência de pesquisa, como perspectiva de fazer avançar o campo da Comunicação sobre a compreensão do papel dos usos e apropriações das TICs, em telecentros e lan houses, na configuração dos fenômenos da convergência digital e da “sociedade midiaticizada” (GITLIN, 2005; JENKINS, 2008; LACERDA, 2008).

O mapeamento dos artigos analisados foi realizado a partir dos 511 periódicos listados pela CAPES, de Qualis A1 a B5, dentro do Campo de Ciências Sociais Aplicadas I. O site de cada periódico foi acessado individualmente a fim de obter os artigos produzidos/publicados entre os anos de 2006 e 2010 disponíveis no formato eletrônico. O levantamento consistiu em abranger todos os artigos que dessem conta da proposta de nossa pesquisa no sentido de contribuir com a investigação a cerca da produção de conhecimento sobre usos e apropriações

⁵ Quando falamos aqui de objeto é na concepção bachelardiana, que não se refere propriamente a um objeto físico designado, em termos de “isto ou aquilo”, como, por exemplo, um telecentro e seus computadores conectados, mas ao conjunto de elementos conceituais (programas de experiências) e descritivos (discursivos) acionados na construção/descrição, retificação, estruturação do objeto (BACHELARD, 2006, p. 132-134).



das TICs em lan-houses e telecentros. Como método de filtragem, foram selecionados quatro termos/palavras – chave (TICs, telecentro, lan-house, usos e apropriações), sendo que eles deveriam constar – individualmente ou em conjunto – no título, resumo ou palavras-chave de cada artigo. Ressalta-se que nem todos os sites contavam com mecanismos práticos de busca, como barras de pesquisa ou aproximação semântica, sendo necessário, nesses casos, o acesso manual e individual de cada uma das edições e artigos indexados.

No caso de periódicos cadastrados na Scientific Electronic Library Online – SciELO e/ou no Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (OJS 2.2.3.0), a busca foi facilitada devido ao fato de tais plataformas terem por objetivo o armazenamento da produção científica em formato eletrônico, como uma biblioteca virtual, o que, por si só, já prevê metodologias mais eficientes de catalogação e busca de material. No caso da Scielo, a busca pode ser feita pelo título, autor e/ou assunto do artigo. Já o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas, possibilita, além da busca por autor e título, a localização de artigos a partir do resumo, termos indexados e texto completo. (MAZIVIERO; LACERDA, 2011)

Ao todo foram obtidos 248 artigos, presentes em 79 revistas (de Qualis A1 a B5), que corresponderam ao método de filtragem utilizado. Em função do grande volume de material levantado, optamos por adentrar os artigos a partir de uma desconstrução metodológica de seus resumos. Nesse sentido, foi construído um quadro de análise, em que constavam os objetos de estudo, objetivos, metodologias e resultados principais de cada artigo. Vale ressaltar, entretanto, que nem todos os resumos analisados continham integralmente os quatro elementos considerados pertinentes para a desconstrução analítica proposta pelo método de mapeamento utilizado.

A construção do quadro de análise dos resumos foi elaborada a partir da necessidade de uma seleção quantitativa que permitisse filtrar a grande quantidade de material obtido para obter uma abordagem mais aproximada dos artigos pertinentes à proposta inicial da pesquisa. O processo de análise dos textos na íntegra, proposto por Bonin (2006) na pesquisa da pesquisa, foi iniciado a partir da aproximação temática dos artigos presentes no quadro de análise. Dessa forma, os textos que apresentavam o termo “usos e apropriações” em seus resumos e/ou palavras chaves foram automaticamente selecionados para análise. Em relação a artigos que mencionavam “Telecentros” e “lan-houses” em seus resumos, foram analisados apenas aqueles em que figurava o termo “usos e apropriações” no corpo do texto. Assim, obtivemos oito artigos no total, sendo que em seis deles os termos “telecentros”, “lan-houses” e “usos e apropriações” constavam de forma simultânea.



Usos e apropriações, no consumo, como perspectiva da cidadania cultural

Explicitadas as operações da pesquisa da pesquisa, é preciso situar a compreensão inicial que temos sobre “usos” e “apropriações” para estabelecer o diálogo com as demais investigações. No diálogo com estudos focados nas etnografias das audiências e nos contextos socioculturais, a hipótese dos “usos e gratificações” (*use and gratifications*) proposta pelo campo de estudos dos efeitos da comunicação de massa, de base funcionalista, reordenou a compreensão dos “usos como funções” para as “funções dos usos”, numa inversão da pergunta norteadora do que os meios de massa fazem com as pessoas para o que as pessoas fazem com os meios de comunicação de massa (WOLF, 2003, p. 59-60). Nessa perspectiva, segundo Wolf, o “destinatário” torna-se “um sujeito da comunicação a título pleno”, ainda que continue sem uma função autônoma e simétrica ao “destinador” no processo de transmissão. Sendo assim, “emissor e receptor são companheiros ativos no processo de comunicação” (WOLF, 2003, p. 61). Contudo, Wolf faz ressalvas a partir das próprias pesquisas desenvolvidas na linha de “usos e gratificações”, entre elas a de que a percepção sobre o consumo apontada pelo público nem sempre coincide com seu “comportamento real de consumo”. E que a fruição de programas televisivos, por exemplo, pode depender mais da disponibilidade da oferta, do que da seleção (WOLF, 2003, p. 68).

O casal Mattelart (1999) contextualiza os “usos e gratificações” como um dos reforços ao posicionamento dos “efeitos limitados” da comunicação de massa, uma vez que a seletividade dos receptores constitui um obstáculo. Nos anos 1980, a corrente aprofundou sua própria noção de “leitura negociada”:⁶ “o sentido e os efeitos nascem da interação entre os textos e os papéis assumidos pelas audiências” (MATTELART & MATTELART, 1999, p. 151). O movimento em direção ao receptor como ponto de partida de pesquisas e sujeito da comunicação vai marcar os anos 1980-90. E para os Mattelart há uma coincidência capaz de gerar confusões: a concepção neoliberal da sociedade dá lugar central também para a recepção e o indivíduo-consumidor. “Não se trata mais de um consumidor qualquer, mas de um consumidor considerado soberano em suas escolhas, em um mercado também considerado livre” (MATTELART & MATTELART, 1999, p. 152). Assim, há o risco de essa perspectiva servir muito bem aos processos hegemônicos dos grandes grupos midiáticos, por exemplo, pois diante de um consumidor considerado soberano em suas escolhas a “ideia de um emissor

⁶⁶ Stuart Hall (2003) no final dos anos 1970 propôs, no texto “Codificação/Decodificação”, que os sujeitos receptores dos programas televisivos realizam operações de posicionamento diante das mensagens ofertadas, na forma de leitura *hegemônica, negociada* ou de *oposição*.



mais poderoso do que outro perde grande parte de sua pertinência” (MATTELART & MATTELART, 1999, p. 153).

Para Martín-Barbero (1995), esse foi um viés que envolveu muitos estudos de recepção: acreditar na “tentação” de que o “consumidor tem a última palavra”. A inversão da pergunta feita pela corrente dos “usos e gratificações” pode “nos levar ao idealismo de crer que o leitor faz o que lhe der vontade; mas há limites sociais muito fortes ao poder do consumidor” (MARTÍN-BARBERO, 1995, p. 54-55). Portanto, não se podem separar os processos de uso e apropriação das tecnologias de informação e comunicação dos contextos da economia de produção. Ou seja, não se pode compreender o que faz o sujeito/receptor/consumidor/usuário com as TICs “sem levar em conta a concentração econômica dos meios e a reorganização do poder ideológico da hegemonia política e cultural [e econômica], que estão tendo lugar em nossa sociedade” (MARTÍN-BARBERO, 1995, p. 55).

Essa lógica está claramente exposta na “produção dos consumidores” desenvolvida por Michel de Certeau (2000) sobre as formas de consumo das culturas populares. Ou seja, segundo Certeau, o consumidor se posiciona diante da estratégia ofertada pelo produto midiático que consome, e nesse tempo de consumo não há passividade, mas um processo de “fabricação” pelo consumidor cultural. Este não teria produtos próprios, mas exerceria uma outra produção, qualificada de “consumo”, sobre os produtos impostos por uma ordem dominante. Essa produção “é astuciosa, dispersa (...) e quase invisível”, mas se faz notar nas “maneiras de empregar” os produtos que lhe são impostos (CERTEAU, 2000, p. 39) a exemplo dos centros de acesso público gratuito (regras instituídas pelas políticas públicas) ou das lan houses (regras instituídas pelo mercado). Assim, o receptor não faz as regras do jogo que é jogado, mas tem possibilidades de margens de manobra (“ações táticas”) para blefar, criar, brincar. “As táticas do consumo, engenhosidade do fraco para tirar partido do forte, vão desembocar então numa politização das práticas cotidianas” (CERTEAU, 2000, p. 45). Aqui está a riqueza da proposta dos “usos e apropriações”: a impossibilidade de um totalitarismo do sentido único, de dispositivos disciplinares capazes de controle ou da determinação total, das formas de uso estar sob o controle de quem tem os meios de produção e circulação dos produtos culturais e das tecnologias de informação e comunicação.

Assim, o conceito de “uso” pode ser entendido como o “emprego habitual” de um objeto ou de uma tecnologia ou de um tipo de discurso; como “aplicação de algo de acordo com sua finalidade”, ou seja, segundo um conjunto de regras e procedimentos para o uso, que requerem certas habilidades e competências de codificação e decodificação. Contudo, os



sujeitos-consumidores “empregam não somente as habilidades e competências requeridas pelo meio técnico, mas também várias formas de conhecimento e suposições de fundo que fazem parte dos recursos culturais que eles trazem para apoiar o processo de intercâmbio simbólico” (THOMPSON, 2001, p. 29). Um exemplo clássico é a história de como o moleiro *Menocchio* se apropria das leituras de evangelhos apócrifos e da literatura popular da época para edificar seus argumentos diante da Inquisição, processo analisado por Carlo Ginzburg (1987) em “O queijo e os vermes”: “... o esboço do edifício era seu, de Menocchio. Com inconsciente desenvoltura servia-se de vestígios de pensamentos alheios como de pedras e tijolos” (GINZBURG, 1987, p. 132).

Martín-Barbero (2004) trata como *apropriação* os *modos de uso* constituídos como formas de resistência, de ressignificação de práticas, tecnologias, estruturas dominantes, “desde a multiplicidade de formas de resistência regionais, étnicas, locais, ligadas à existência negada, mas viva, da heterogeneidade cultural” (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 186). Ele exemplifica como a tecnologia do rádio foi apropriada pelo povo argelino no processo de independência do país. Situa como um programa de rádio de uma emissora comercial de Lima (Peru) voltado para imigrantes, num horário marginal, foi ocupado por estas comunidades excluídas, em participações telefônicas, constituindo um processo de identificação cultural, de distinção, diante do processo de homogeneização brutal da cidade (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 187-188). Com base nos processos de interpretação hermenêuticos, Thompson (2001) define *apropriação* como um extenso processo de conhecimento e autoconhecimento.

Apropriar-se de uma mensagem é apoderar-se de um conteúdo significativo e torná-lo próprio. (...) É adaptar a mensagem à nossa própria vida e aos contextos e circunstâncias em que a vivemos; contextos e circunstâncias que normalmente são bem diferentes daqueles em que a mensagem foi produzida (THOMPSON, 2001, p. 45).

Temos, assim, que há uma dialética dos *usos* e das *formas de uso* constituídas como formas de *apropriação*. Assim, há uma trama, ligação, pacto, tensões e disputas entre aquilo que é da *ordem do uso* – o que é proposto, embutido, pré-determinado, codificado e estabelecido como finalidade para produtos midiáticos, textos, mensagens e, em nosso caso, tecnologias de informação e comunicação – e o que é da *(des)ordem da apropriação* – formas de uso marginal, margens de manobra, astúcias, bricolagens, maneiras de empregar, formas desviantes, palimpsestos etc. Podemos, então, tomar as formas de *uso* e *apropriação* como produção, qualificada como *consumo*, e caracterizada como *cidadania cultural!* García-Canclini (2001) propõe, como possibilidade de vincular o consumo com a cidadania, o exercício da desconstrução de duas concepções: a que atribui aos consumidores um



comportamento irracional e impulsivo diante da sedução do mercado e da publicidade e, por sua vez, desmitificar o ideia do cidadão como aquele que sempre atua em função da racionalidade dos princípios ideológicos. Para isso, considera necessário um processo de ressignificação do consumo como prática social, cultural e política; pois o consumo no modelo desigual neoliberal de globalização atravessa diversos domínios e direitos, restringindo novamente às elites o poder de decisão sobre produção, distribuição e usos dos bens.

No entanto, quando se reconhece que ao consumir também se pensa, se escolhe e reelabora o sentido social, é preciso se analisar como esta área de apropriação de bens e signos intervém em formas mais ativas de participação do que aquelas que habitualmente recebem o rótulo de consumo. Em outros termos, devemos nos perguntar se ao consumir não estamos fazendo algo que sustenta, nutre e, até certo ponto, constitui uma nova maneira de ser cidadãos (GARCÍA-CANCLINI, 2001, p. 54-55).

Essa nova maneira de ser cidadãos é identificada por Martín-Barbero e Rey a partir de práticas de interação entre mídias e cidadania, desenvolvidas por organizações de leitores de jornais, telespectadores e outras formas de consumidores midiáticos. “Ouvitorias cidadãs, observatórios de mídias, conselho de leitores, defensores do leitor, defensores do telespectador são instâncias de participação que destacam o valor do cidadão da comunicação...” (MARTÍN-BARBERO; REY, 2001, p. 94). Para Silverstone (2002, p. 148) o consumo é um trabalho árduo de produção empreendido por cidadãos, pois participam de uma dimensão global e ao mesmo tempo produzem significados pessoais e ritos que os vinculam a culturas locais. E mesmo o espaço do imaginário é uma possibilidade de autoconhecimento no processo de consumo e de apropriação, o que demonstraria o paradoxo do sistema capitalista. “As mercadorias que se nos oferecem são o produto de um alienante sistema de produção do qual dependemos por completo, embora elas nos ofereçam as matérias primas para criar o senso que temos de nós mesmos” (SILVERSTONE, p. 152).

Mas o consumo como perspectiva cidadã, em suas formas de uso e apropriação, tem suas restrições, a exemplo das posições dos Mattelart (1999) que evidenciam a proximidade com o pensamento neoliberal: consumidores livres num mercado livre. Há teóricos que percebem a quebra das identidades, cujo espaço é ocupado pelo mercado, e nem mesmo as ciências sociais escapam do dilema. “As ciências sociais descobrem que a cidadania também se pratica no mercado, e que as pessoas que não tem como realizar suas transações ali ficam, por assim dizer, fora do mundo” (SARLO, 2004, p.26). Na ordem do consumo, a questão da cidadania vai permanecer, como ressalta Ortiz (2000), pois qualquer noção de cidadania é uma utopia: “nós nunca vimos na realidade a questão da igualdade entre as pessoas” (ORTIZ, 2000, p. 76).



Por fim, concordamos com Ortiz que no mundo atual a questão da cidadania se manifesta também em termos do acesso aos bens, do ter ou não ter dinheiro, da possibilidade justamente do consumo. “Se alguém quiser discutir cidadania com seriedade, vai ter de incluir esse mundo novo que é o mundo do consumo. As pessoas têm expectativas que já não são mais as mesmas” (ORTIZ, 2000, p. 76). No âmbito das tecnologias de informação e comunicação, a questão das formas de cidadania cultural é situada nas disputas representadas – entre outras possíveis – na qualidade/atualização dos dispositivos tecnológicos, na capacidade de conexão, nos modelos e políticas de oferta de acesso, nas taxas de acesso etc., em que as formas de uso e apropriação manifestam as assimetrias, os desequilíbrios, mas também a riqueza das experiências situadas no cotidiano, nas temporalidades e no contexto cultural de cada local.

Análise da presença do conceito de usos e apropriações nos artigos

O emprego do termo “usos e apropriações” no conjunto de textos analisados nem sempre está acompanhado de uma definição conceitual, o que nos leva a alguns questionamentos e considerações. De fato, é possível perceber semelhanças e diferenças relativas à significação do termo, estando implícito no corpo do texto sentido proposto pelo autor. Nesses casos, a atribuição de significados torna-se mais vulnerável às interpretações do leitor.

Em seu texto, Estabel (2009) fala do uso e apropriação das TICs por pessoas com necessidades educacionais especiais, tratando, mais especificamente, daquelas com deficiência visual. Embora seja vastamente utilizado durante o texto, não há uma definição muito clara a respeito do sentido atribuído ao termo quando se fala em “uso e apropriação”. O “tornar próprio”, nesse caso, passa pela noção de que o uso das TICs por pessoas com limitação visual implica a superação das dificuldades de acessibilidade em um ambiente virtual de aprendizagem (AVA). É possível identificar, nesse caso, que o processo de apropriação das TICs não se situa especificamente no campo sociocultural, mas sim no domínio da infraestrutura material como propulsora de um ambiente de aprendizagem adequado. Ou seja, não se discute especificamente as formas de mediação e interação entre usuários, mas sua capacidade de driblar as dificuldades técnicas e buscar novos recursos que lhe permitam algum grau de interação com a máquina.

Nessa perspectiva, como resultado da pesquisa, pode-se concluir que o acesso, o uso e a apropriação das ferramentas são os primeiros passos para que ocorra a inclusão em um AVA e a aprendizagem. Para os sujeitos desta pesquisa, algumas ferramentas tecnológicas já eram conhecidas, mas o uso da informática para a educação e, principalmente, a formação/qualificação a



distância de professores e bibliotecários, por meio da EAD, era algo novo em suas vidas (ESTABEL, 2009).

O texto de Mamede-Neves e Duarte (2008) sobre usos e apropriações de computadores e sua relação com o contexto escolar trabalha o conceito de apropriação a partir do processo cognitivo resultante da interação entre crianças e jovens e as TICs. Embora não haja a preocupação de uma definição teórica, é possível visualizar a construção gradual da conceituação do termo no decorrer do texto. Quando a autora menciona os “modos de uso e de apropriação das tecnologias da informação e da comunicação adotados por crianças e jovens” (MAMEDE-NEVES; DUARTE, 2008), trata a apropriação das TICs como um processo ativo de construção de conhecimento. A distinção feita entre informação e comunicação torna-se necessária para compreender o significado de apropriação das TICs dado pela autora. Nesse sentido, “a comunicação exige a interação bilateral entre humanos, direta ou indireta, intencional ou não-intencional, verbal ou não-verbal, visual, sonora ou seguindo outros fluxos” (MAMEDE-NEVES; DUARTE, 2008). Por sua vez, a atribuição de sentido presente na comunicação é fundamental para a construção de uma rede colaborativa propiciada tecnicamente por mecanismos de interação.

Para poder efetivamente interagir, modificando o curso do que está sendo construído, para trabalhar nessas interações de forma colaborativa, é certo que precisamos de artefatos que, construídos pelos homens, podem favorecer a colaboração entre eles, mas não são, em si mesmos, garantia desta postura. Há que se dar um passo além (MAMEDE-NEVES; DUARTE, 2008).

Entende-se, dessa forma, que a apropriação das tecnologias de informação e comunicação, através de mecanismos de interação, depende também da atribuição de sentidos por parte de seus usuários para que seja possível promover uma comunicação de caráter qualitativo, colaborativo e construtivo. Nessa mesma linha, Medeiros Neto e Miranda (2010) trabalha a questão do uso das TICs a partir de programas de inclusão digital. Seu texto apresenta levantamentos de dados estatísticos, que visam demonstrar o grau de penetração e as formas de uso das TICs em todo o Brasil a partir do Programa Gesac, que oferece ações de alfabetização digital. Embora o objetivo do artigo esteja em demonstrar o nível de eficácia do Programa, mensurando o grau de familiarização dos indivíduos em relação às TICs, ele também leva ao questionamento fundamental do real nível de apropriação das TICs pelos indivíduos inseridos no Programa. Nesse sentido, o autor adverte que para além do uso da internet e da capacidade de buscar informações, um indivíduo digitalmente incluído deve se impor como um “cidadão participante da sociedade da informação”, o que implica uma visão crítica, atenta com os acontecimentos de sua realidade e capaz de propor e/ou promover transformações sociais (MEDEIROS NETO; MIRANDA, 2010).



Becker e Teixeira (2008) trabalham a questão do webjornalismo audiovisual e as novas perspectivas de produção de conteúdo jornalístico. A apropriação das novas TICs é tratada como sinônimo de sua incorporação nos procedimentos de construção do jornalismo audiovisual. Não há uma fundamentação teórica clara a respeito do emprego do termo “uso e apropriação”, mas pode-se compreender que seu discurso sobre os modelos de produção jornalística envolvem a questão da interatividade e partilha do saber. A apropriação, nesse caso, passaria pelo processo de convergência tecnológica o que, por sua vez, pressupõe novas formas de produção e veiculação de conteúdos, tornando possível um maior grau de interatividade com o consumidor/usuário. O texto não se chega a questionar o uso e/ou apropriação que este fará das tecnologias disponíveis, mas sim as potencialidades do webjornalismo audiovisual em relação as mídias tradicionais, impressas e eletrônicas.

Numa tentativa de ensaio como método, Souza e Bonilla (2009) problematizam os conceitos relacionados à inclusão digital e inclusão social, com o objetivo de defini-los a partir de diferentes perspectivas autorais, sob um enfoque de preocupações vindo do campo educacional. O texto aborda os conceitos de inclusão digital, inclusão social, alfabetização digital e a visão de “acesso” articulada à inclusão digital. O texto não discute os conceitos de uso e apropriação, mas a ideia de apropriação perpassa todo o texto, ao ponto de, nas considerações finais, o processo de apropriar-se das tecnologias é relacionado à liberação do polo da emissão. Coloca a alfabetização digital em termos aprendizado para os “usos” previstos pelo sistema e o “acesso” como visão limitada, regida pela lógica de mercado e do consumo. “Nessa perspectiva, não existe exercício da cidadania, e sim consumidores de inovações tecnológicas” (SOUZA; BONILLA, 2009, p. 142). O texto propõe que inclusão digital seria, de fato, passar do uso às apropriações, que marcariam um caráter cidadão, e que esta perspectiva não é levada em conta nos projetos de inclusão digital. O processo de apropriação passaria, enfim, pela construção de “competências necessárias que lhe possibilite ter uma atuação efetiva na produção de serviços e conhecimentos de forma a contribuir para as suas necessidades sociais” (SOUZA; BONILLA, 2009, p. 141). Conclui que “que os espaços de acesso público se constituem em espaços fundamentais no processo de emancipação social dos sujeitos e tem um papel decisivo na garantia da democratização das tecnologias da informação e comunicação” (SOUZA; BONILLA, 2009, p. 144). Vemos aqui a noção de consumo ser relacionada ao acesso, numa lógica de mercado, e o processo de inclusão digital capaz de gerar cidadania seria um processo de apropriação. Portanto, lógicas distintas para consumo e apropriação.



As relações entre telecentros e bibliotecas são problematizadas por Laipelt, Moura, Caregnato (2006) a partir do recorte empírico das atividades de inclusão digital desenvolvidas pela Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul (BPE) e pelos Telecentros Comunitários de Porto Alegre. O método comparativo é trabalhado numa perspectiva qualitativa, em que os entrevistados foram selecionados de acordo com sua importância em ambos os projetos. O tratamento dos dados deu-se pela análise de conteúdo. O trabalho conceitua dois níveis de inclusão digital. O primeiro seria o do acesso, caracterizado como “o acesso à informação em meio digital e às TICs, no sentido do uso passivo das informações”. O segundo nível, e mais significativo, seria o da apropriação: “encontra-se o uso que as pessoas fazem dessa informação, ou seja, a capacidade de transformá-la e aplicá-la em seu benefício e da comunidade a qual pertencem” (LAIPELT et al, 2006, p. 224). As autoras evidenciam a importância dos telecentros, mas afirmam que tanto nos telecentros como nas bibliotecas as pessoas fazem um “uso operacional das TICs”. No texto, o que caracterizaria a essência da apropriação, em projetos de inclusão digital, seria a produção de conteúdos. E para isso, os telecentros deveriam fomentar a leitura e a escrita, algo que as bibliotecas já vem realizando. Novamente, o acesso é construído em termos de passividade e a apropriação, entendida como produção de conteúdos, é vista como possibilidade de cidadania e autonomia.

O relato de experiência, aliado à reflexão teórica, de Dimantas (2009) aborda a apropriação da tecnologia social por meio do projeto “Meta:Reciclagem”, um movimento de conversação que se iniciou na web em 2002, através de uma lista de discussão que debateu processos de inclusão digital no Brasil denominada de Metá:Fora. A apropriação aqui é construída como processo de colaboração, num modelo de conversação digital, na perspectiva de desenvolver tecnologias sociais: “o uso das ferramentas de comunicação através de uma apropriação colaborativa, conversacional e criadora de novos projetos” (DIMANTAS, 2009). Propõe a produção de conhecimento como processo de apropriações do que já existe: “A história do conhecimento é a história de apropriações e reconstruções a partir das bases já existentes, ou seja, trata-se de adaptação às necessidades e/ou aos interesses de grupos e/ou comunidades” (DIMANTAS, 2009). O autor faz críticas ao modelo de inclusão digital dos telecentros focado em capacitações técnicas e profissionalizantes sem o aproveitamento das tecnologias de conversação da rede. A retomada da voz, pela conversação, seria o caminho para a cidadania, aproximando-se, em nossa leitura, do pensamento de García-Canclini.

Essa conversação traz na bagagem um novo incentivo cultural, catapulta as inteligências para novas instâncias. Assim, em vez de se orientar à empregabilidade, poderíamos disponibilizar ferramentas para a reverberação



das vozes desses protagonistas. A retomada da voz é um atalho para a cidadania (DIMANTAS, 2009).

A partir de um estudo empírico realizado entre adolescentes usuários cinco diferentes lan houses de São Paulo, envolvendo pessoas das classes de A a D, Cazeloto e Bredarioli (2008) afirmam que o uso concreto e socialmente determinado da rede, em detrimento das abordagens técnicas, sofre condicionantes externos que “que relativizam ou impedem um uso provido de sentido emancipatório da comunicação informática”. No que os autores chamam de “uso concreto”, ou seja, aquele averiguado *in loco* nas lan houses investigadas: “O resultado aponta para o fato de que uso da internet nesse contexto é restrito quase somente à navegação pelo Orkut” (CAZELOTO; BREDARIOLI (2008). As apropriações giram em torno da conversação e da constituição da ambiência da lan house como lugar de encontro e de sociabilidade. “Mais do que uma mídia para acesso irrestrito à informação — conforme muitas vezes é vista sob o olhar de quem a produz —, a internet tem se configurado em ponto de encontro na periferia de São Paulo a partir dos locais públicos de acesso” (CAZELOTO; BREDARIOLI, 2008, p. 86). Os autores evidenciam nas conclusões que os usos apontam para um processo de guetificação, quando se aborda os usos na periferia.

A análise do uso concreto da internet, e não de seu “potencial”, revela o quanto o contexto sociocultural e econômico continua sendo determinante. Vemos que as lan houses, enquanto agentes socializadores globais, cumprem em grande parte a função de manter o distanciamento, dando a impressão de inserção enquanto mantêm as pessoas em seus “guetos”, geograficamente longe do centro da cidade e circunscritas por um cotidiano que — se não for por meio do trabalho, em alguns casos — pouco permite aos jovens terem acesso a fluxos e informações diferentes dos pautados pela mídia (CAZELOTO; BREDARIOLI, 2008, p. 88).

O que os autores não conseguem perceber é que justamente no uso previsto para as tecnologias de informação e comunicação, de âmbito global, correspondentes as condições técnicas e culturais, as apropriações concretas dos jovens se dão justamente na re-territorialização destas tecnologias exógenas, na geração de processos de identificação (MARTÍN-BARBERO, 2004), transformando o lugar do telecentros em um espaço próprio, mesmo que na efemeridade do uso cotidiano, que constitui uma acumulação do tempo em suas maneiras silenciosas de empregar as tecnologias à disposição pelo consumo pago (CERTEAU, 2000; THOMPSON, 2001; GARCÍA-CANCLINI, 2001).

Considerações Finais

Dentro do plano de trabalho inicialmente estabelecido, o processo de pesquisa evidenciou as limitações e deficiências presentes na área da Comunicação no que diz respeito à falta de



mecanismos articulados para indexação e busca de material bibliográfico. Torna-se urgente a necessidade de padronização e catalogação dos estudos já realizados para que seja possível a validação e avanço dos conhecimentos na área da Comunicação de forma mais eficaz.

O processo metodológico, baseado na pesquisa da pesquisa, permitiu o revisitar do conteúdo já produzido sobre o tema dos usos e apropriações das TICs em telecentros e lan-houses. Embora o número de material coletado não tenha atingido as expectativas, a presença da temática pesquisada em um número reduzido de artigos evidencia algumas questões pertinentes para uma sociedade cada vez mais informatizada e inserida na lógica da comunicação e do consumo. O avanço e popularização das TICs parecem ainda não ter sensibilizado a produção do conhecimento científico na área da Comunicação sobre o eixo da retomada dos “usos e apropriações” como perspectiva de caracterização das práticas de cidadania cultural pelo viés do consumo das TICs. Dessa forma, nas condições que definimos para a pesquisa da pesquisa, foram poucos os trabalhos que buscavam uma análise qualitativa das formas de uso e apropriação das TICs em comunidades à margem do processo de informatização.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, G. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BECKER, B.; TEIXEIRA, J. **Webjornalismo Audiovisual: Perspectivas para um jornalismo de qualidade no ciberespaço**. In: Revista do NP de Comunicação Audiovisual da Intercom, São Paulo, v.1, n.2, p.97-113, ago/dez 2008

BONIN, J. Nos bastidores da pesquisa: a instância metodológica experienciada nos fazeres e nas processualidades de construção de um projeto. In: MALDONADO, E. et al. **Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. Porto Alegre: Sulina, 2006, p. 21-40.

CAZELOTO, E.; BREDARIOLI, C. Internet na periferia: entre o potencial e o uso concreto. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 16, p. 79-90, dez. 2008.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. 5ª. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

DIMANTAS, H. Zona de colaboração: um modelo descentralizado de apropriação e replicação das tecnologias da informação e comunicação no MetaReciclagem. **Rumores - Revista de Comunicação, Linguagem e Mídias**, Vol. 2, No 3 (2009). Disponível em <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/rumores/article/view/6568>

ESTABEL, L.B., et al. **A formação de professores e a capacitação de bibliotecários com limitação visual por meio da EAD em ambiente virtual de aprendizagem**. In: TransInformação, Campinas, 21(1): p. 23-32, jan./abr., 2009

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, no 79, Agosto/2002, p. 257-272.

FRANÇA, V. V. O objeto da comunicação/A comunicação como objeto. In: HOHLFELDT, A; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V.V. (orgs.) **Teorias da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2001. p.39-60.



- GARCÍA-CANCLINI, N. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- GITLIN, T. Estilos de navegación e implicaciones políticas. In: GITLIN, Todd. **Enfermos de información**. Barcelona: Paidós, 2005, p. 145-212.
- GRINGS, C. A pesquisa da pesquisa e a descoberta do transdisciplinar e do transmetodológico. In: MALDONADO, A. E.; BONIN, J. A.; ROSÁRIO, N. M. **Perspectivas metodológicas em comunicação: desafios na prática investigativa**. João Pessoa: Editora UFPB, 2008, p. 103-112.
- JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Editora Aleph, 2008.
- LACERDA, J. S. **Ambiências comunicacionais e vivências midiáticas digitais**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação São Leopoldo: UNISINOS, 2008, 291 p.
- LAPELT, R.C.F.; MOURA, A. M. M.; CAREGNATO, S.E. Inclusão digital: laços entre bibliotecas e telecentros. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.16, n.1, p.223-229, jan./jun. 2006.
- MAMEDE-NEVES, M.A.C.; DUARTE, R. **O contexto dos novos recursos tecnológicos de informação e comunicação e a escola**. In: Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 104 - Especial, p. 769-789, out. 2008
- MARTÍN-BARBERO, J. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUSA, M. W. **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 39-68.
- MARTÍN-BARBERO, J. **Ofício de cartógrafo**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.
- MARTÍN-BARBERO, J.; REY, G. **Os exercícios do ver**: hegemonia audiovisual e ficção televisiva. São Paulo: Senac, 2001.
- MATTELART, A.; MATTELART, M. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 1999.
- MAZIVIERO, H.V.; LACERDA, J.S. **A Pesquisa da Pesquisa Sobre Usos e Apropriações das TICs: Perspectivas Iniciais**. In: XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, Maceió, 2011
- MEDEIROS NETO, B; MIRANDA, A.L.C de. **Uso da tecnologia e acesso à informação pelos usuários do programa Gesac e de ações de inclusão digital do governo brasileiro**. In: Inc. Soc., Brasília, DF, v. 3, n. 2, p.81-96, jan./jun., 2010
- ORTIZ, R. Identidades culturais no contexto da globalização: Entrevista a Roseli Fígaro. **Comunicação & Educação**, São Paulo, [18]: 68 a 80, maio/ago, 2000.
- SARLO, B. **Cenas da vida pós-moderna**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.
- SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2002.
- SODRÉ, M. O *ethos* midiaticizado. In: SODRÉ, M. **Antropológica do espelho**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 11-83.
- SOUZA, J. S.; BONILLA, M. H. S. Exclusão / inclusão: elementos para uma discussão. **Liinc em Revista**, v.5, n.1, março, 2009, Rio de Janeiro, p. 133- 146. Disponível em <http://www.ibict.br/liinc>
- STUMPF, I. R. C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.
- THOMPSON, J. B. Comunicação e contexto social: In: _____. **A mídia e a modernidade**. 3ª. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001, p. 19-46.
- VERÓN, E. Fundaciones. In: VERÓN, E. **La semiosis social**. Barcelona: Gedisa, 1996, p-13-86.
- WOLF, M. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.